Nono Fórum dos Países Latino-Americano e Caribenho sobre Desenvolvimento Sustentável

Noveno Foro de Países Latinoamericanos y Caribeños sobre Desarrollo Sostenible

Ninth Forum of Latin American and Caribbean Countries on Sustainable Development

Sebastián Tobar

Faltando quatro anos para 2030, a nona reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada em Santiago, Chile, de 13 a 16 de abril.

Esta nona reunião contou com a presença de representantes oficiais dos Estados-membros da América Latina e do Caribe: Ministérios do Planejamento, da Fazenda, do Desenvolvimento Social, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, entre outros, e representantes de organizações da sociedade civil.[1] Participaram também representantes de organizações regionais e sub-regionais, como bancos de desenvolvimento, mecanismos de integração e órgãos técnicos da região. A comunidade acadêmica e científica também participou, com a FIOCRUZ marcando presença neste fórum. Outros atores, como o setor privado, a juventude, os povos indígenas e os parlamentares, participam e têm áreas específicas de atuação no fórum mencionado. Em resumo, podemos afirmar que não se trata apenas de representantes governamentais, mas sim de uma reunião entre representantes do Estado, do Sistema das Nações Unidas, da Sociedade Civil, do Setor Privado e da Academia (veja a figura).



[1] O Fórum possui um Mecanismo de Participação da Sociedade Civil, onde participam ONGs, redes sociais, movimentos e organizações territoriais.

Este fórum constitui um dos principais mecanismos de governança regional para o monitoramento da Agenda 2030 e seus 17 ODS. A Governanca da Agenda 2030 e seus ODS abrange o conjunto de arranjos, atores, normas e instituições que permitem o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável nos níveis global, regional, nacional e local.

O Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável da Cepal foi criado durante a 36ª sessão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), realizada na Cidade do México de 23 a 27 de maio de 2016, os Estados-membros aprovaram sua criação pela resolução 700 (XXXVI), como um MECANISMO REGIONAL (de governança) para o acompanhamento e a revisão da implementação e do monitoramento da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (ods). Posteriormente, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas aprovou a criação do Fórum para adotar a resolução 2016/12. Até o momento, foram realizadas nove reuniões.

1) Primeira Reunião 2017 (México) Relatório de Progresso e **21** Conclusões.
2) Segunda Reunião 2018 (Chile) Relatório de Progresso e **31** Conclusões e Recomendações
3) Terceira Reunião 2019 (Chile) Relatório de Progresso e **57** Conclusões e Recomendações
4) Quarta Reunião 2021 (Virtual) Relatório de Progresso e **94** Conclusões e Recomendações
5) Sexta Reunião 2023 (Chile) Relatório de Progresso e 110 Conclusões e Recomendações
6) Sétima Reunião 2024 (Chile) Relatório de Progresso e **128** Conclusões e Recomendações
7) Oitava Reunião 2025 (Chile) Relatório de Progresso e **142** Conclusões e Recomendações
8) Nona Reunião 2026 (Chile) Relatório de Progresso e **129** Conclusões e Recomendações

Uma das principais contribuições da Nona reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, tem sido *"9º Relatório sobre os Progressos e Desafios Regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe*[2]*",* que reflete a questão de como acelerar o progresso rumo à sua concretização na nova era de incerteza e fragmentação geopolítica.

O foro lança uma mensagem: *"A região está longe de atingir os ODS e enfrenta um contexto global mais adverso, mas ainda há espaço para ação se as transformações estruturais forem aceleradas. A região está longe de atingir os ODS e enfrenta um contexto global mais adverso, mas ainda há espaço para ação se as transformações estruturais forem aceleradas. A região está longe de atingir os ODS e enfrenta um contexto global mais adverso, mas ainda há espaço para ação se as transformações estruturais forem aceleradas".*

Entre as **principais conclusões**[3]**,** podemos destacar as seguintes:

- Observa-se progresso insuficiente e desigual na Agenda 2030 e seus ODS, tanto dentro quanto entre os países da região: a região está atrasada na maioria dos ODS. Apenas

[2] https://repositorio.cepal.org/bitstreams/5986b803-79e7-4207-afd5-84f937f8f699/download
[3] Para asesar ao documento Conclusiones y recomendaciones acordadas entre los gobiernos reunidos en la Novena Reunión del Foro de los Países de América Latina y el Caribe sobre el Desarrollo Sostenible | Foro de los Países de América Latina y el Caribe sobre el Desarrollo Sostenible 2026, clicar.

uma minoria das metas apresenta progresso sustentado. Persistem lacunas estruturais entre e dentro dos países.

- Apenas 19% das metas dos ODS serão alcançadas até 2030.*O 42% estão progredindo na direção certa, mas em um ritmo insuficiente para atingi-las até 2030.O 39% estão estagnadas ou em declínio em comparação com 2015.*
- Um dos principais obstáculos é a armadilha do baixo crescimento e da alta desigualdade: a América Latina continua em uma dinâmica de: baixo crescimento econômico; alta informalidade laboral e produtividade limitada, o que restringe a capacidade fiscal para políticas sociais.
- Observam-se múltiplas crises interconectadas, resultantes do impacto combinado da pandemia de COVID-19; do impacto da crise climática; e do impacto dos conflitos geopolíticos devido à posição da região na disputa entre os Estados Unidos e a China.
- Observam-se retrocessos sociais, caracterizados por um aumento da: pobreza e extrema pobreza; Insegurança alimentar e desigualdades de gênero e territoriais
- Observa-se um financiamento para o desenvolvimento frágil, com altos níveis de dívida pública; acesso limitado a financiamento internacional em condições favoráveis; e um alto grau de dependência de recursos externos.
- A região atravessa uma transição ecológica desigual, onde alguns minerais, como lítio e cobre, estão se tornando críticos, assim como a preservação da biodiversidade. No entanto, a região enfrenta riscos associados ao modelo extrativista, que não necessariamente gera valor agregado.
- Observam-se deficiências na governança estatal e nas capacidades de implementação de políticas e coordenação multinível.

Nesse sentido, é possível destacar algumas ***recomendações***, como:

i. A necessidade de promover um novo modelo de desenvolvimento, em transição para um modelo produtivo, inclusivo e sustentável, bem como promover a diversificação econômica e a mudança estrutural. 2. É necessário promover reformas no financiamento internacional, com alívio e reestruturação da dívida, facilitando maior acesso a financiamento concessional e fortalecendo o papel dos Bancos de Desenvolvimento.
ii. É necessário fortalecer o papel do Estado, aprimorando as ferramentas de planejamento estratégico, fomentando capacidades institucionais aprimoradas e melhorando as capacidades de regulação do mercado.
iii. É necessário acelerar a transição ecológica justa, promovendo o uso de energias renováveis, a industrialização verde, a proteção dos ecossistemas e evitando uma "reprimarização verde".
iv. É necessário priorizar políticas sociais universais, fomentando sistemas de saúde, educação e proteção social a fim de reduzir as desigualdades estruturais.
v. É necessário promover a igualdade de gênero, incorporando uma perspectiva de gênero em todas as políticas públicas e reduzindo as disparidades no emprego, na renda e no trabalho de cuidado.

vi. É necessário promover o fortalecimento da cooperação regional, fomentando a integração latino-americana no comércio, na saúde, na energia e nas cadeias produtivas regionais.
vii. É importante refinar e aprimorar a governança dos ODS, promovendo sistemas de monitoramento mais robustos e fomentando maior participação social e transparência.

Em conclusão, quatro anos antes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a "grande lição" que emerge não é técnica, mas política: o progresso no desenvolvimento sustentável depende menos da definição de metas e mais da capacidade de governança, financiamento e coerência entre os setores em contextos de alta incerteza global.

Em outras palavras, o problema não tem sido a falta de diagnóstico ou de objetivos (os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são amplamente aceitos), mas sim a dificuldade de implementá-los em um mundo assolado por crises sobrepostas. A principal lição é que, sem uma transformação estrutural na forma como as políticas são governadas, financiadas e coordenadas, a Agenda 2030 não será alcançada, mesmo com consenso normativo.